

Etnografar Clarice: por uma didática do olhar, do ouvir, do escrever e do sentir

*Fabio Scorsolini-Comin**

*Soraya Maria Romano Pacífico***

Resumo

Este ensaio objetiva refletir sobre a construção de um método para a investigação da autoria em Clarice Lispector, no campo da análise do discurso pecheutiana. Visando a traçar um percurso metodológico, recorre-se à articulação entre literatura, psicanálise e ciências sociais, compondo uma bricolagem científica e metodológica. Como resultado dessa reflexão, recomenda-se que o método para a investigação da autoria considere os elementos biográficos, materiais e históricos da obra de Clarice e, também, as posições-autor assumidas não apenas por ela, mas também pelo analista do discurso em sua escrita e na produção de gestos de interpretação. O fazer do pesquisador nesse campo pode se aproximar do fazer do antropólogo, o chamado etnografar, descrito a partir do olhar, do ouvir e do escrever, incluindo o sentir como possibilidade de afetação pela obra da autora. O etnografar no contexto da pesquisa sobre a autoria, nesse sentido, é empregado como metáfora para uma afetação da, na e através da escrita.

Palavras-chave: autoria; análise do discurso; literatura brasileira; metodologia de pesquisa; Clarice Lispector.

* Professor Associado do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Orientador do Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica da EERP-USP e do Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da EE-USP e da EERP-USP. Psicólogo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Possui Licenciatura Plena em Pedagogia. Especialista em Gestão da Educação: Supervisão Educacional e em Gestão da Educação: Administração Escolar. Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal/Bolsa Santander). Realizou dois Pós-Doutorados na Universidade de São Paulo (2013-2015 e 2016-2017) na área de Tratamento e Prevenção Psicológica (ambos com Bolsa PDJ-CNPq). É Livre-Docente nas áreas de Psicologia da Saúde, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Educação pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2018. Líder do ORI - Laboratório de Pesquisa em Psicologia, Saúde e Sociedade (EERP-USP-CNPq). Coordenador do Centro de Psicologia da Saúde da EERP-USP. E-mail: fabio.scorsolini@usp.br

** Possui graduação em Letras pela Faculdade de Educação São Luís (1986); Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho/UNESP (1996); Doutorado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP (2002) e Pós-Doutorado pela Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2013). Atualmente, é professora associada da Universidade de São Paulo. É líder do grupo de pesquisa GEDISME - Discurso e Memória: movimentos do Sujeito, filiado à Universidade de São Paulo e cadastrado junto ao Diretório de Grupos do CNPq. É membro do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ELAD/CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com pesquisas fundamentadas na Análise do Discurso pecheutiana, investigando, principalmente, os seguintes temas: autoria, argumentação, leitura, escrita e letramento. Supervisiona estágios curriculares no curso de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. E-mail: smrpacifico@ffclrp.usp.br

Data de submissão: mar. 2022 – Data de aceite: maio 2022

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v18i1.13038>

Introdução

Quando conscientemente, aos treze anos de idade, tomei posse da vontade de escrever – eu escrevia quando era criança, mas não tomara posse de um destino – quando tomei posse da vontade de escrever, vi-me de repente num vácuo. E nesse vácuo não havia quem pudesse me ajudar.

(Clarice Lispector, *A descoberta do mundo*).

Se o escritor é um feiticeiro é porque escrever é um devir, escrever é atravessado por estranhos devires que não são devires-escritor, mas devi-res-rato, devires-inseto, devires-lobo etc. (Gilles Deleuze e Félix Guattari).

O presente ensaio objetiva refletir sobre a construção de um método para a investigação da autoria em Clarice Lispector no campo da análise do discurso pêncheutiana. Nesse percurso, explora-se a interface entre as áreas de literatura, psicanálise e ciências sociais. Tomando por base o conceito de bricolagem científica/bricolagem metodológica, que envolve as noções de multirreferencialidade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade (RODRIGUES; THERRIEN; FALCÃO; GRANGEIRO, 2016), o presente objeto se situa na interface entre áreas, o que é sempre um campo de tensão quando nos questionamos: a qual campo, de fato, pertence este estudo? Considerar

as dispersões entre esses campos e seus espaços intersticiais é uma complexidade inerente.

Esses termos anteriormente referidos – multirreferencialidade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade -, embora guardem especificidades, marcam o desafio de posicionar um determinado objeto ou um determinado referencial dentro de um campo específico e isolado. Pelo contrário, a bricolagem envolve o contato a partir das bordas e das porosidades entre diferentes áreas. Nesse sentido, a metáfora do pesquisador qualitativo como um “bricoleur e confeccionador de colchas” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 18) nos parece especialmente pertinente para o diálogo que será estabelecido no presente ensaio. O percurso pela construção de um estudo sobre a autoria em Clarice Lispector será tomado como ponto de partida para a tessitura de uma bricolagem que deve ser estabelecida pelo pesquisador e pelo analista do discurso no fazer de sua pesquisa, no fazer de seu próprio percurso de construção como pesquisador – e como autor, como discutiremos mais adiante.

Tomando estritamente sua ancoragem nos estudos da educação, pode-se dizer que a pesquisa que toma por base a literatura ou como objeto a obra de um determinado autor situa-se no campo da educação informal. No domínio da

educação informal, a literatura, aqui, alinha-se à ideia de um processo que se dá ao longo da vida a partir de afetações diante de atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana que emergem a partir de gestos de leitura e de interpretação (MARANDINO, 2017). Obviamente que, situar o presente objeto de pesquisa no campo da educação informal não equivale a qualquer tipo de valoração que reduza a sua importância ou que a subalternize em relação aos conhecimentos formais e centralizados na escola. E, inevitavelmente, há que se reconhecer que também esses conteúdos da educação informal dialogam diretamente com – e também habitam – os ambientes formais de escolarização. Se não considerássemos dessa forma, a literatura colocaria-se apartada da escola.

O contato com uma determinada autora ou com determinadas obras pode ocorrer a partir da educação formal. É na escola que muitos estudantes possuem contato, por vezes de modo exclusivo, com a literatura e com a leitura literária. Ainda que seja frequentemente empregada como um pretexto para outras aprendizagens formais da língua (LAJOLO, 1984), como no campo da gramática, a literatura possui objetivos mais amplos, como apontado por Zilberman (2008, p. 17):

A leitura do texto literário constitui uma atividade sintetizadora, permitindo ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade sem perder de vista sua subjetividade e história. O leitor não esquece suas próprias dimensões, mas expande as fronteiras do conhecido, que absorve através da imaginação e decifra por meio do intelecto. Por isso, trata-se também de uma atividade bastante completa, raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial. Essas têm seu sentido aumentado, quando contrapostas às vivências transmitidas pelo texto, de modo que o leitor tende a se enriquecer graças ao seu consumo.

A definição de Zilberman (2008), portanto, sintetiza a literatura dentro do campo da educação informal, ainda que possa estar normativamente presente na educação formal, em disciplinas de Língua Portuguesa e de Literatura. Antonio Candido (2011) também nos ajuda a compreender o sentido mais amplo e social da aprendizagem promovida a partir do contato com a literatura, permitindo um pertencimento social, uma possibilidade de se humanizar e de se posicionar social e culturalmente. Ao pensar a literatura como direito (CANDIDO, 2011) também estamos nos aproximando não de um sentido eminentemente formal, mas de possibilitar ao sujeito, em sociedade, a experiência de aprender, o que pode se dar em diferentes níveis e campos, como nos informais, aqui representados pela literatura que pode ultrapassar os limites da escola, da escolarização e do letramento literário mobilizado por essa instituição.

Para investigar a autoria em Clarice Lispector é mister cotejar a biografia da autora e os contextos de produção desses livros e dessas personagens, recobrindo aspectos históricos que não apenas narrram sobre dados contextos e possibilidades, mas sobre o modo como essas obras se inscrevem em determinada sociedade e na própria literatura produzida à época (GOTLIB, 2011; MOSER, 2017). É buscando problematizar a construção de um método para a investigação da autoria em Clarice Lispector que este ensaio foi produzido.

Antes que iniciemos a discussão é importante considerar o empréstimo do verbo “etnografar” que fazemos para a composição do título do ensaio. Embora não se trate de um estudo antropológico ou que empregue tradicionalmente a etnografia, o etnografar é empregado nessa reflexão com sentido de imaginar uma postura do pesquisador em torno da composição de um campo, no caso, Clarice Lispector e sua obra. Assim, a postura do etnógrafo segue como metáfora para o contato com a autoria a partir da escuta para o desconhecido, para as repetições, para as rotinas, e para as particularidades do campo.

Entre o individual e o social: Tateando Clarice

Uma constante discussão nas ciências humanas e sociais refere-se ao modo como podemos compreender determina-

do fenômeno. As ciências psicológicas, por vezes, recebem críticas que se sustentam no fato de que os conhecimentos produzidos por suas abordagens se referem à dimensão do sujeito, do indivíduo, como se este pudesse ser compreendido de modo apartado de seu contexto. Para solucionar provisoriamente esse conflito não bastaria, pois, promover extensas descrições sobre os contextos de referência nos quais esses fenômenos se dão, mas como esses contextos se corporificam nas experiências individuais.

As ciências sociais, nesse sentido, poderiam até mesmo estudar a fundo o sujeito, mas partiriam de uma premissa distinta: a de que o particular permitiria acessar o coletivo. Essa tensão é bastante explorada por Claudia Fonseca (1999) ao discutir o que chamamos, em ciência, de “caso” – todo caso seria um caso em particular? Ou, o que esses casos individuais nos diriam sobre fenômenos mais amplos e complexos e que nos permitiriam, esses sim, investigar também o particular?

Estudar a obra de uma autora como Clarice Lispector também se apresenta como um desafio que pode ser posicionado nesse paradigma tão debatido nas ciências humanas e sociais. Clarice seria um fenômeno particular ou um caso em específico? A autoria seria um processo individual ou um elemento construído a partir de um universo discursivo comum e habitado pelo coletivo? A autoria é uma dimensão do sujeito ou do social?

Um primeiro aspecto a considerar é o fato de Clarice Lispector ser considerada, por vezes, uma autora cuja produção se encontra apartada de um contexto social mais imediato, como podemos observar em seus contemporâneos de maior expressão, como Guimarães Rosa e Graciliano Ramos. Esses dois autores, reconhecidamente regionalistas, são responsáveis pela solidificação de uma literatura que também funcionava como uma denúncia da fome, da miséria e da injustiça social que costura a vida de brasileiros, sobretudo os mais pobres, já no contexto da primeira metade do século XX. O cenário do sertão, recobrindo desde o interior e norte de Minas Gerais e passando por estados do nordeste, é alçado como um cenário no qual essas mazelas podem ser narradas a partir das experiências de homens e mulheres submetidos a precárias condições de vida – e de existência.

Nesse âmbito de valorização da literatura como forma de compreender o social – e, sobretudo, o contexto da injustiça social – Clarice Lispector aparece como uma autora distanciada dessa realidade. Mas isso não pode ser afirmado totalmente (SCORSOLINI-COMIN, 2021). Em seu último romance, *A hora da estrela*, publicado no ano de sua morte, 1977, Clarice explora a narrativa de Macabea, uma migrante nordestina que vem ao sudeste em busca de melhores condições de vida e, também, para viver com a tia,

já que seus pais haviam morrido. Trata-se de um itinerário bastante comum na segunda metade do século XX em nosso país, com o desenvolvimento industrial no eixo sul-sudeste. Mas o olhar de Clarice não parece estar circunscrito a essa realidade macrosocial em busca de descrevê-la ao leitor – como em Guimarães Rosa e em Graciliano Ramos – mas, sobretudo, em uma perspectiva intimista, de esvaziamento do interior da personagem de Macabea e do seu medo da linguagem. Aqui o objetivo não parece ser o de propriamente denunciar a miséria, a injustiça e a subalternidade, nem mesmo os estereótipos dos migrantes, das mulheres e das nordestinas, mas como a aridez de um cenário macrosocial ressoa no modo como Macabea parece temer o seu mundo interno, os seus desejos, os seus questionamentos e a própria linguagem. Macabea teme a linguagem justamente por não a dominar, assim como teme um mundo que não lhe é inteligível.

Mas trata-se de um equívoco considerar que Macabea seja a única incursão de Clarice em uma temática mais alinhada ao social. Clarice sempre foi uma observadora da sua realidade, mas sobretudo da realidade por ela vivenciada, como na personagem de *A paixão segundo G. H.*, em que a patroa, uma mulher de classe média, se depara com uma barata no quarto que era habitado pela empregada doméstica. Aqui diversas relações sociais

acabam emergindo, como a relação com a empregada, o espaço ocupado pelo corpo da empregada, o cheiro do cômodo e a própria deflagração da semelhança da patroa com a matéria da qual era feita a barata. Estereótipos e marcadores de classe, aqui, mesclam-se em um exercício que, *a priori*, é descrito como intrapsíquico.

Apenas para ilustrar o modo como Clarice dialoga com o seu tempo – não sendo apartada dessa dimensão, como sugerem muitos de seus críticos, menciono duas importantes obras. Uma delas é o conto *Mineirinho*. Clarice se inspirou em uma história verídica e retirada do noticiário da época, o *Correio da Manhã* de 1º de maio de 1962. José Rosa de Miranda, conhecido como Mineirinho, fora encontrado morto em uma estrada do Rio de Janeiro alvejado por 13 tiros de metralhadora. Trazia em seu peito uma medalha de São Jorge, usava sapatos da marca Sete Vidas. Clarice fala sobre o conto em entrevistas, mostrando a sua perplexidade com a história de Mineirinho, que era um criminoso. Ela se questiona: por que 13 tiros, se apenas um bastaria para matá-lo? A autora busca compreender o ódio que não se deposita em um sujeito empírico, Mineirinho, mas em toda uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade (GOTLIB, 2011; MOSER, 2017).

Outro exemplo está presente no livro *Quase de verdade*, voltado ao público

infantil. Nesta obra, Clarice aborda diversas temáticas, sobretudo a exploração do capital e da força de trabalho – uma figueira, sentindo-se dona dos ovos produzidos pelas galinhas, faz um acordo com uma nuvem que passa a iluminar a copa dessa árvore o dia todo, fazendo com que as galinhas produzam ovos ininterruptamente. A figueira, então, vendia os ovos e lucrava com a exploração do trabalho das galinhas. Essa exploração só tem fim quando essas galinhas, juntamente com os galos, organizam-se para fazer com que o dia seja apenas dia e a noite seja apenas noite. A figueira deixa de ficar iluminada à noite e as galinhas, então, podem voltar a produzir segundo sua própria natureza, apenas durante o dia.

A luta de classes e a exploração pelo capital são metaforizados em *Quase de verdade*. De fato, a narrativa é quase verdadeira, não fosse construída com personagens animais e também narrada por um bicho, o cachorro Ulisses, que acompanhou Clarice em seus últimos anos de vida, já quando retornara ao Rio de Janeiro depois da separação do marido. Em Clarice, a realidade social e histórica não é alçada à condição de uma denúncia explícita, necessariamente, mas permite à autora compreender e construir relações que não podem ser apartadas de um dado momento social. Com isso, podemos colocar em suspenso a tese de que Clarice era uma autora

fundamentalmente voltada ao mundo intrapsíquico, sobretudo o seu mundo interno.

Esse mundo interno, em Clarice, não se desvencilha de quem ela é e de seus marcadores sociais, históricos e culturais. Nascida em família judia, Clarice e a família imigraram para o Brasil quando ela ainda tinha meses de vida. Saíram da Ucrânia para fugir de perseguições e buscar melhores condições de vida no hemisfério sul. Clarice foi naturalizada brasileira. Assim que chegaram ao Brasil foram viver em Maceió e, posteriormente, em Recife. Clarice só chega ao Rio de Janeiro mais velha, de modo que toda a sua infância foi vivida no nordeste. Alguns críticos situam nessa experiência também o modo como Macabea é construída, como uma migrante nordestina que, incapaz de entender o mundo, o temia. De algum modo, Clarice sempre se sentira uma migrante: primeiro, por não ter vivido na Ucrânia; segundo, por ter passado boa parte de sua vida morando no exterior na companhia do esposo, que era diplomata, sendo que a vida em terras estrangeiras fazia a autora sentir muita falta do Brasil, que ela considerava a sua verdadeira casa. Assim, Clarice passa boa parte da sua vida em busca de – ou na tentativa de – voltar ao seu lugar (GOTLIB, 2011; MOSER, 2017).

Com isso, podemos compreender que Clarice Lispector é uma autora que escreve sobre o seu tempo, sobre as pessoas

do seu tempo, sendo também os animais identificados a partir dessa humanização e dos traços que narram sobre um dado sujeito histórico que não pode ser compreendido apartado desses marcadores: de classe, de gênero, de cor da pele, de escolarização, de socialização. Este é um primeiro elemento a considerar na compreensão da autoria em Clarice: toda autoria indicia quem é o autor ou a autora, quer seja pelo conteúdo narrado, pelo estilo de escrita, pela sua incursão no mundo em que vive, em sua forma de representar o mundo.

Mas o estudo da autoria deve ultrapassar a consideração de que escrever é revelar quem se é. Se pudéssemos simplificar o conceito dessa forma, bastaria, pois, conhecer a fundo a biografia de um dado autor para acessar a construção do seu processo autoral. Podemos pensar, aqui, em marcadores. De algum modo, as experiências pessoais, relacionais e sociais de um dado autor, em um dado momento histórico, indiciam determinadas marcas naquilo que escreve, mas não representam, de modo algum, o relato fiel de uma sociedade, ou melhor, não possuem como objetivo, necessariamente, esse tipo de registro ou representação, embora isso possa ocorrer em determinadas obras. Em Clarice, esses marcadores não ocupam o centro da sua narrativa, embora possam ser interpretados, como no exercício realizado até aqui neste ensaio.

Quando recorremos à análise do discurso proposta por Michel Pêcheux (2014), marco teórico da pesquisa sobre autoria, aqui denominado AD, podemos compreender que a autoria não é compreendida como um processo exclusivamente interno, refletindo a subjetividade do autor (ORLANDI, 2007; MARTINS; PACÍFICO, 2020). Esse autor, sujeito empírico, tem uma importância relativa quando analisamos a autoria. Quando analisamos a autoria em Clarice não podemos nos valer de uma investigação que não considere quem foi a autora – imigrante, naturalizada brasileira, mulher, branca, judia, de classe média, esposa de diplomata, altamente letrada, que trabalhava em um momento no qual a mulher era associada de modo inequívoco ao universo doméstico, entre outros marcadores – mas esses elementos, em si, não são suficientes para uma exploração mais detida da construção do processo autoral.

Para a AD, construída a partir da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, a autoria não se trata de um processo exclusivamente individual e derivado de determinadas competências ou dons que uma determinada pessoa possui – o autor – em detrimento de outras que não atingem os mesmos crivos para ser descrita e posicionada como autora. O autor também pode ser compreendido como um sujeito do inconsciente, descen-

trado e atravessado pela linguagem (PÊCHEUX, 2014):

Em AD o autor não é simplesmente aquele que escreve o texto, ele é aquele que agrupa o discurso, dando unidade e origem às suas significações. A autoria é uma função discursivo-enunciativa. Exercer a função de autor requer que o sujeito assuma responsabilidade pelo que enuncia, assumindo-se como produtor de linguagem. O discurso do sujeito-autor sempre é afetado pela exterioridade, isto é, pela história, pela ideologia, pelas relações de poder; portanto, está assujeitado às diversas regras institucionais. (MARTINS; PACÍFICO, 2020, p. 6).

Esse processo pode ser aproximado de uma reflexão proposta por Fonseca (1999) ao descrever algumas problemáticas enfrentadas por antropólogos. Segundo a pesquisadora,

[...] por causa do valor central do indivíduo em nossa sociedade, espelhado em toda uma corrente de pensamento científico (o individualismo metodológico), existe (...) uma forte tendência a isolar o indivíduo de seu grupo social (p. 62).

Nas ciências sociais este parece ser um problema central, que é a consideração de um sujeito apartado de seu contexto e das suas condições de produção.

No estudo da autoria para a AD parece haver a mesma problemática quando se assume a posição-autor como um sujeito empírico. Assim, Clarice passa a ser pensada exclusivamente como uma autora, sujeito empírico, desconSIDERANDO a sua posição-autora, que se dá em relação às suas condições de produção, às múltiplas posições que ocupa,

às múltiplas vozes que a constituem. Assim como nas ciências sociais, a AD pressupõe um “enquadramento social (político, histórico) do comportamento humano”, parafraseando Fonseca (1999, p. 62). O cuidado do pesquisador ao investigar a autoria deve ser o de evitar “cair no vazio”, como recomenda Fonseca, em “um território nem lá, nem cá” (p. 62). Empregar a AD como método e como norte teórico é assumir uma determinada posição, o que nos ajudaria a já ultrapassar o sentido no não-lugar ou do não-posicionamento questionado por Fonseca. Esse percurso metodológico será melhor discutido a seguir.

A didática do método: como abordar a autoria?

Para a investigação da autoria pode-se empregar um método desenvolvido em três fases. Na primeira delas será estabelecido o quadro teórico segundo o qual o fenômeno será analisado, partindo do diálogo entre literatura, psicanálise e análise do discurso de linha francesa. Na segunda serão definidas as obras que serão consultadas para orientar a interpretação a partir da identificação de personagens animais ou de menções a animais nessas narrativas, bem como a partir do diálogo com as biografias produzidas sobre a autora, compondo o *corpus* analítico. Na terceira e última

fase será descrito o objetivo da interpretação do material a partir do itinerário desenvolvido nas etapas anteriores e de seus resultados. Esse itinerário metodológico é inspirado em Fulgencio (2013), que busca a composição de um método para a pesquisa teórica em psicanálise. Em defesa desse método, reconhece-se que, muitas vezes, a tradição psicanalítica não busca explicitar os métodos ou os caminhos percorridos para a análise. Em uma perspectiva de pesquisa qualitativa essa descrição é fundamental.

Aqui podemos afirmar que a posição de psicanalista frequentemente é aproximada da posição assumida pelo antropólogo, por exemplo – retomando o verbo com o qual iniciamos o ensaio, o etnografar. A etnopsicanálise é uma das disciplinas que buscam fazer essa articulação, essa bricolagem, a partir da ancoragem no conceito de cultura (DEVEREUX, 1972). E qual a didática necessária para a composição de um método que permita ao analista do discurso compreender a autoria pautando-se em recomendações e posições epistemológicas diretamente presentes no trabalho do antropólogo? Roberto Cardoso de Oliveira (2000) nos apresenta uma possibilidade a partir de três vértices de ação ou posturas epistemológicas: o olhar, o ouvir e o escrever.

A dimensão do olhar é assim apresentada por Oliveira (2000, p. 19):

[...] a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual (...) funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me é permitida a imagem. É certo que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em seu conjunto. Contudo, é certamente no olhar que essa refração pode ser melhor compreendida.

Para Oliveira (2000), trata-se de um olhar treinado a partir de algo que precisamos aprender. O olhar precisa ser exercitado para não permanecer apenas na superfície, mas ir além desta, mergulhando e se aprofundando em camadas nem sempre transparentes ou fáceis de acessar. Esse olhar pode estar ligado ao conceito de intuição trabalhado por Martins (2004): a intuição não é algo mágico, mas um conhecimento necessário para direcionar o nosso olhar. Em suas palavras: “a intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador” (p. 292).

Algumas orientações podem ser especialmente úteis para esse chamado treino do olhar. O estranhamento é uma dessas recomendações. Estranhar é não aceitar a primeira impressão: envolve um distanciamento a partir do qual nos

afastamos de preconceitos e de estereótipos. Isso pode ser observado quando buscamos compreender o processo de autoria em Clarice considerando seus marcadores como definidores fixos de sua escrita ou da sua história como autora. O fato de ser judia, a sua infância vivida no nordeste brasileiro ou o seu nascimento na Ucrânia deixam de ser marcadores para serem definidores de estereótipos que passam não a funcionar como pistas e indícios, mas como evidências da sua autoria. Há, nesse sentido, uma apropriação automática desses marcadores como explicações para a sua autoria. Obviamente que esse é um olhar a partir da superfície, para aquilo que não é difícil de se supor no nível do senso comum, como nos alerta Oliveira (2000).

Diversos têm sido os estereótipos construídos em torno da figura de Clarice e que frequentemente emergem nas análises de suas obras: como judia, como mulher, como esposa de diplomata, como mulher que trabalhava, como mulher divorciada, como estrangeira, como uma estrangeira que tinha um determinado sotaque que reafirmava o estereótipo do seu lugar de nascimento, por isso a associação de Clarice à figura do estrangeiro no Brasil, não como brasileira naturalizada, como era, de fato. O nosso olhar capta essencialmente a aparência. E tanto no trabalho do analista do discurso como no do antropólogo devemos ultrapassar essa dimensão.

Todo nativo constrói interpretações da realidade, uma representação da realidade. Ao analisarmos a obra de Clarice podemos nos posicionar como nativos e também interpretar Clarice como nativa. Oliveira (2000) distingue dois tipos de representações: as interpretações êmicas – religiosas, políticas, do senso comum etc. –, e, as interpretações éticas, relativas ao mundo científico. É preciso entrar em contato com as interpretações êmicas para construirmos interpretações éticas, muitas vezes, mas devemos reafirmar o nosso compromisso em permanecer no domínio das interpretações éticas. Isso nos faz pensar que acessar o modo como Clarice é representada e interpretada é importante – como figura da internet, como autora cult e pop, apenas para citar dois exemplos – mas devemos manter uma linha metodológica capaz de investigar a autoria para além desses marcadores de superfície.

A alteridade, o reconhecimento do outro, é um outro conceito que nos ajuda a desenvolver o olhar científico – ou ético, na acepção de Oliveira (2000) – para o nosso objeto. Mas algumas reflexões prévias são necessárias: este não é um outro necessariamente individualizado. Podem ser outros. O outro é sempre coletivo. Entender o outro é sempre muito complexo, sobretudo quando não podemos localizar, identificar e nos aproximar desse outro coletivo. O olhar nos ajuda nesse processo. Traços possi-

velmente particulares que são aventados por biógrafos de Clarice, por exemplo, ao pensar a paternidade, a maternidade e mesmo o matrimônio não podem ser resumidos a interpretações que localizam essas menções como respostas ou pistas objetivas a processos vivenciados pela autora (GOTLIB, 2011; MOSER, 2017). Há múltiplos outros que formam esse outro, o da alteridade, que é encaminhado quando a autora escreve.

A alteridade pressupõe o reconhecimento desse diálogo com o outro para além de sujeitos empíricos, mas pensando em posições-sujeitos que circulam no espaço discursivo – do qual o autor passa a ser uma antena capaz de capturar essas pistas, compondo sua narrativa. Algo semelhante ao proposto por Bakhtin (2012) ao olhar para o princípio do dialogismo: ninguém é capaz de criar um discurso original; tudo o que existe já foi dito, de uma forma ou de outra, cabendo ao autor capturar esses sentidos e esses discursos em um espaço discursivo vasto e permanentemente em movimento, o que relativiza a concepção de um autor individual, original e individual.

A segunda dimensão abordada por Oliveira (2000) é a do ouvir, referindo-se à escuta do campo e a do seu objeto. No campo da análise literária, o sentido da escuta tem sido bastante trabalhado por Marília Librandi (2020), que também toma por base a construção do romance em Clarice Lispector. A escuta, para

Librandi, possui uma importância fundamental na escrita, não a posicionando de modo passivo, na perspectiva de quem recebe, capta ou captura, mas imbuindo-a de um sentido ativo: o ouvido, aqui, deixa de ser um órgão receptivo e passa a ser ativo, propositivo, criativo.

A escuta, ainda para Librandi (2020), permitiria uma ruptura em relação ao modo como os sentidos são tradicionalmente apresentados nas ciências humanas e sociais – como no caso de Oliveira (2000), na tradição antropológica. Quando Oliveira trata do escrever está abordando o processo autoral, no caso, do pesquisador em seu gabinete na busca por reconstruir sentidos, costurar fios de sentido presos a diversos pontos ou interlocutores, permitindo uma inteligibilidade acerca do trabalho do antropólogo. Nessa perspectiva, a construção da autoria reforçaria a supremacia da visão, por exemplo, quando se posiciona como um observador da realidade e dos costumes, podendo narrar aquilo que vê, que percebe, trabalho este, também, desenvolvido por um autor de texto literário. Mas essa escrita também pode ser descrita a partir da escuta – nessa acepção, o pesquisador, em seu gabinete, escreve não apenas o que ouve e como ouve, mas a partir das ressonâncias que essa escuta pode promover – no campo empírico e no campo simbólico por ele habitado também em seu gabinete.

A escuta, assim, não envolveria apenas o registro do que se ouve, o que pode se dar, inclusive com o apoio de equipamentos de áudio e captura de som, como popularmente utilizado pelos antropólogos. Librandi (2020) traz o sentido de uma escuta que é ressonância *perene*. A ressonância em campo e a ressonância do campo para além desse espaço físico seriam realidades importantes na compreensão de um dado fenômeno. Essa postura, quando nos dispomos a pensar a autoria, pode ser útil no sentido de que a narrativa de um dado evento não é sempre a mesma, pois, a cada leitura – e a cada escuta, portanto – novas ressonâncias são produzidas. Isso nos permite afirmar que a escuta é um sentido potente, como afirmado por Oliveira (2000) e por Librandi (2020), justamente por permitir esse eco. O texto literário, assim, poderia funcionar como uma caixa de ressonância a cada vez que é revisitado, lido e escutado.

O trabalho do analista do discurso se assemelha, de algum modo, ao do antropólogo. O paradigma indiciário de Ginzburg (2007), frequentemente referido nos estudos da AD, possibilita interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la. Quando olhamos e ouvimos no sentido de buscar indícios estamos promovendo a apuração de sentidos que nos permitam, de algum modo, exercer

a nossa condição de pesquisadores – no caso, de dados discursos ou na busca pela reconstrução do conceito de autoria. Assim, pode-se afirmar, diante da pesquisa que costura o presente ensaio, que se trata de etnografar Clarice – aqui a autora pode ser alçada à condição de objeto para além de uma perspectiva de sujeito empírico, mas como posição-sujeito que escreve, que pensa, que se apresenta e que se corporifica como autora, transformando-se também no próprio texto que se revela para a investigação da autoria.

Olhar e ouvir são questões de sentido, segundo Oliveira (2000). Mas não podem ser dimensões apartadas do cognitivo. Oliveira destaca que escrever é uma faculdade essencialmente cognitiva. Escrever usando material etnográfico é o que se faz após a coleta de dados, depois de transformar falas dos sujeitos em materiais escritos, é o momento de juntar com a teoria, é o momento em que a teoria, mas a teoria está presente desde o início. A teoria está desde o início, mas na retaguarda. Quando falamos no escrever, no gabinete, essa ação passa a ser central, vai para a vanguarda. Conhecimento é sempre algo coletivo em sua produção, em sua transmissão e em sua incorporação.

Na autoria literária o momento da escrita nem sempre é o de integração com a teoria no gabinete. Trata-se de dimensões diferentes da escrita, de trabalhos distintos de seus autores. O antropólogo

usa do escrever para compreender uma dada realidade, assim como o escritor. Mas este não tem o compromisso de descrever a realidade ou de representar uma dada realidade ou mesmo uma dada representação de modo fidedigno. O antropólogo possui um compromisso com o seu campo e com os seus interlocutores, com o fenômeno que pretende conhecer ou explicar.

Quando investigamos a dimensão do escrever em um estudo sobre a autoria é importante considerar a emergência da posição-autor. Essa posição-autor não deve ser assumida apenas pelo escritor, mas também pelo pesquisador. O que seria do analista do discurso senão um sujeito-autor diante de uma obra, um campo, um outro autor? A escrita dita científica, aqui, que possibilita a análise, deve ser considerada dentro da possibilidade de que esse pesquisador assuma essa posição, o que não se dá apenas pelo amplo e profundo conhecimento de um dado tema, mas de se sentir autorizado a dizer, a pensar, a escrever, a ser autor. O trabalho realizado no gabinete, como descrito por Oliveira (2000) não pode ser assumido como uma posição automática que se dá apenas pelo fato de o pesquisador não estar mais em campo ou por ser um momento distinto daquele desenvolvido na chamada coleta de dados. Esse pesquisador, para escrever, para ser autor, precisa ser/estar autorizado. Essa autorização pode ocorrer a partir

de diferentes marcadores, nem sempre acessíveis à consciência: pela sua formação, pela sua experiência, pelo seu amadurecimento, pelo seu letramento, pela sua compreensão acerca da autoria, pela sua capacidade de dizer-se autor, de posicionar-se, de materializar, na língua, os gestos de interpretação.

A essa discussão acrescentamos outro elemento: tanto o escritor quando o pesquisador tem como baliza a sua inteligibilidade, a sua ressonância junto ao outro, a sua alteridade. Como afirma Martins (2004, p. 299):

Ao escrever, um autor deve preocupar-se com a possibilidade de que seu discurso venha a ser apreendido pelo outro que dele necessita. É isso que contribuirá para a difusão da imaginação sociológica — uma sensibilidade, uma qualidade do espírito que construirá um novo estilo de pensamento e uma nova maneira de explicar o mundo que nos cerca.

A imaginação sociológica, nesse sentido, contribuiria para a investigação científica, para a sua fruição e para o seu compartilhamento (MILLS, 1982). No campo da autoria literária, poderíamos transpor esse conceito para a possibilidade de que uma dada obra, um dado texto ou um dado autor – pudessem transformar, inovar, permitir uma nova forma de conhecer e de se sensibilizar diante do mundo e das experiências individuais e coletivas. É nesse âmbito que acrescentamos às recomendações

de Oliveira (2000) um quarto vértice, um quarto sentido, justamente o sentir.

Para sentir Clarice

Neste ensaio trabalhamos com os três vértices propostos por Oliveira (2000) ao pensar o trabalho do antropólogo: o ver, o ouvir e o escrever. A essas ações adicionamos uma quarta ação, a de sentir. Mas como incluir o sentir como uma categoria analítica ou, de outro modo, como um fazer no trabalho do pesquisador?

Ao etnografar Clarice, emergem algumas recomendações. A primeira delas refere-se ao combate constante a uma postura etnocêntrica. Se nas ciências sociais, sobretudo na antropologia, essa é uma preocupação constante, no campo da literatura nem sempre isso é verbalizado. Uma postura etnocêntrica ao estudar a obra de um dado autor é considerá-la no centro – de um movimento, de uma época, de um estilo, de uma notoriedade, de um cânone – relegando a outras produções e autores uma posição marginal. A exemplo do que podemos aprender com a antropologia, treinar o olhar e o ouvir nos ajuda a evitar o etnocentrismo (OLIVEIRA, 2000).

Uma outra recomendação refere-se à dimensão do pesquisador, no caso, do analista do discurso. Segundo Brito e Leonardos (2001), uma dupla preocupação deve orientar o posicionamento do pesquisador: a sua posição de poder

e a sua subjetividade. Entretanto, não podemos silenciar que a ciência positivista nos traga como herança a recusa à subjetividade, compreendendo que uma pesquisa de qualidade é aquela capaz de ser objetiva e representar o fenômeno, não sendo importante descrever aquele que pesquisa, as abordagens qualitativas frequentemente se debruçam por explicar o papel da subjetividade no fazer qualitativo. Essa herança, que constituiu o discurso dominante sobre/nas Ciências até o final do século XX, ainda afeta o modo como se faz e se legitima a pesquisa científica. Mas, essa estrutura já não é a mesma, como este ensaio está apontando.

Para a AD, por exemplo, a linguagem não é neutra, não é transparente, de modo que o discurso científico – leia-se, positivista – não goza de maior prestígio por ser tecido dentro dessa ilusão de distanciamento (MARTINS; PACÍFICO, 2020; PÊCHEUX, 2014). A linguagem, pelo contrário, é opaca. Assim, para a AD, a subjetividade é uma condição para a análise, de modo que o pesquisador não apenas deve descrever quem é mas, fundamentalmente, reconhecer seus posicionamentos no processo analítico – inclusive ora como quem detém um determinado poder ao analisar, ao narrar, ao pesquisar. Ao analisar ele pode ocupar diferentes posições-sujeito, todas elas prenhes de uma subjetividade a qual não se pode recusar.

No campo das ciências sociais, Brito e Leonardos (2001, p. 20) nos ajudam a pensar em estratégias nesse sentido ao sugerir, na produção do trabalho,

[...] descrever como ele lida com a tensão imanente contida nas relações intrínsecas e complexas de poder que permeiam o ato de investigação e que estatuto ele atribui nesse jogo de poder. Implica igualmente ver como ele se situa no contexto da tensão necessária entre objetividade e subjetividade. Nesta parte, caberia, ainda, verificar que meios, estratégias, métodos e procedimentos ele adota para analisar sua subjetividade, de tal forma que tais recursos possam ser partilhados por outros pesquisadores.

Na antropologia podemos recorrer à Favret-Saada (2005), que apresenta o sentir ou, em suas palavras, o “ser afetado” em campo como um dispositivo. Esse ser afetado também deveria ser descrito e compartilhado com o leitor, a fim de que as ressonâncias do campo no pesquisador pudessem ser acessadas e compreendidas. Essa recomendação dialoga diretamente com a consideração de um campo que não é neutro e, também, com a perspectiva de um pesquisador que não é neutro em seu fazer – em campo e para além do campo.

Para a AD o foco não reside necessariamente na composição de um método que será partilhado e orientará futuros estudos. Mas é fundamental que esse processo seja descrito, a fim de que se possa revelar justamente a opacidade da linguagem, a não-transparência dos discursos. Ao se apresentar, o pesquisador

ou o analista do discurso não deixam de ocupar uma determinada posição-sujeito nem se exime da sua posição de poder ou da sua condição de subjetividade ao compreender um fenômeno – também considerando que de o pesquisador assumir uma posição-autor. Essa descrição, sugerida no campo das ciências sociais, deve ser interpretada no contexto da AD como um elemento importante na narrativa da pesquisa, deixando claro que não se tratam de recursos que visam a tornar a linguagem pretensamente transparente.

O sentir, quarto vértice abordado no presente ensaio, dialoga diretamente com a dimensão da subjetividade, não só a do pesquisador como um sujeito empírico, mas como toda subjetividade que envolve a escolha de Clarice para o estudo da autoria, da AD como corrente teórica, da presença de personagens animais para a investigação da posição-autora assumida por Clarice. Toda essa dimensão envolve o sentir, um sentir em campo. Ao assumirmos Clarice não só como objeto, mas como campo, podemos abordar como esse campo produz ressonâncias no sujeito que escreve e que analisa, mas, sobretudo, no processo que se tece entre uma autoria concreta, material, disposta nos livros, e uma autoria suposta, aventada, suposta a partir de um processo interpretativo. Esse processo não pode ser acessado apenas a partir de sentidos concretos e orgânicos

ligados a um saudável funcionamento e a um treino específico.

Considerações finais

Refletir sobre o percurso metodológico é um passo importante na construção da pesquisa e no amadurecimento do pesquisador. Enquanto o olhar, o ouvir e o escrever podem ser treinados e desenvolvidos a partir de leituras e da própria experiência, consideramos que a dimensão do sentir nos apresenta um convite ainda mais complexo, sobretudo considerando a proposta de delimitação de um método. Este método, apesar de possuir um determinado desenho, com características e recomendações, rompe com a possibilidade de ser um percurso neutro ou pretensamente transparente e que será trilhado do mesmo modo por diferentes pesquisadores ou, ainda, independentemente do autor que se busca retratar, compreender ou problematizar.

Aqui é fundamental reconhecer que a escolha de investigar o processo de construção da autoria em Clarice Lispector nos apresenta determinados circunsritores que devem ser acolhidos na proposição de um método. Por isso a ancoragem no que aqui metaforizamos como o etnografar nos é especialmente útil: o etnografar é uma posição que envolve o necessário contato com uma autora que tem mobilizado muitos movimentos que buscam compreendê-la, acessá-la, inter-

pretá-la e biografá-la, o que demanda um endereçamento acerca da posição-leitor e da posição-autor, bem como seus efeitos. Essas buscas mostram-se provisórias, em trânsito, recorrendo às instabilidades, aos deslizos e à impossibilidade de controle, como sugerido pela AD.

A partir deste ensaio também podemos considerar que investigar a autoria pressupõe a compreensão não apenas de como esse determinado autor se posiciona, mas como o pesquisador legitima a sua posição-leitor e sua própria posição-autor ao escrever sobre a autoria. Não se pode escrever e investigar a autoria sem também posicionar-se como sujeito-autor. A partir das contribuições advindas do diálogo entre literatura, AD e ciências sociais, destaca-se que o etnografar no contexto da pesquisa sobre a autoria, nesse sentido, é empregado como metáfora para uma afetação *da, na e através da* escrita.

Essa afetação é evocada quando se assume a posição de sujeito-leitor de Clarice, o que nos obriga a considerar o modo como a autora se apresenta em nosso contexto literário e também social: Clarice é alçada à condição não apenas de destaque no cenário literário, mas de uma autora que atravessa, por exemplo, o espaço discursivo das redes sociais a partir das citações a fragmentos de sua obra, de equívocos envolvendo essas menções e até mesmo de uma representação *pop*, o que permitiria a esse

sujeito-leitor uma posição de alinhamento a uma literatura de qualidade, reconhecida e valorizada do ponto de vista acadêmico, mas também aos efeitos do sujeito-Clarice nesses sujeitos-leitores. O estudo da autoria em Clarice não pode ser apartado dessa consideração, buscando indícios acerca dos efeitos de sentido a partir dessas posições e desses endereçamentos. Esperamos que as reflexões metodológicas exploradas no presente ensaio possam ser relevantes para os pesquisadores tanto no campo da autoria como os particularmente interessados no estudo da vida e da obra de Clarice Lispector.

A dimensão do sentir, não plenamente passível de controle como os demais sentidos, é que permitiria ao pesquisador avançar para além da ilusão de transparência, para além do óbvio e do objetivo que, por vezes, obrigam-nos a compreender um método não como um percurso – individual, coletivo, flexível, aberto, reflexivo, sujeito à transferência, um ir-e-vir – mas como um modelo, uma fôrma. A AD se propõe a experimentar o equívoco, a falha, o deslize, ampliando não apenas as possibilidades de escrever e de assumir a posição-autor, mas de se afetar, de sentir. Se não podemos direcionar ou controlar a afetação em campo, como nos sugere o quarto vértice investigativo aqui construído, a AD partilha desse posicionamento ao acolher justamente aquilo que nos escapa. É por

meio da ruptura que propomos, assim, etnografar Clarice.

Ethnography Clarice: for a didactic of looking, listening, writing and feeling

Abstract

This essay aims to reflect on the construction of a method for the investigation of authorship in Clarice Lispector, in the field of Pecheutian discourse analysis. Aiming to trace a methodological path, we resort to the articulation between literature, psychoanalysis and social sciences, composing a scientific and methodological bricolage. As a result of this reflection, it is recommended that the method for the investigation of authorship considers the biographical, material and historical elements of Clarice's work and also the authorial positions assumed not only by her, but also by the analyst of discourse in her writing and in the production of interpretation gestures. The researcher's work in this field can be close to the anthropologist's work, the so-called ethnography, described by looking, listening and writing, including the feeling as a possibility of being affected by the author's work. Ethnography in the context of research on authorship, in this sense, is employed as a metaphor for an affectation of, in and through writing.

Keywords: authorship; speech analysis; Brazilian literature; Research Methodology; Clarice Lispector.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13ª ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. Rio de Janeiro: Hucitec, 2012.
- BRITO, A. X.; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 113, p. 7-38, 2001.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos* (pp. 171-193). 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DEVEREUX, G. *Ethnopsychanalyse complementariste*. Paris: Flammarion, 1972.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FONSECA, C. Quando cada caso Não é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, 1999.
- FULGENCIO, L. Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In: SERRALHA, C. A.; SCORSOLINI-COMIN, F. (Orgs.), *Psicanálise e Universidade: um encontro na pesquisa*. Curitiba: Editora CRV, 2013. p. 27-68.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOTLIB, N. B. *Clarice: uma vida que se conta*. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- LAJOLO, M. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, R. (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Mercado Aberto, 1984.
- LIBRANDI, M. *Escrever de ouvido: Clarice Lispector e os romances da escuta*. Trad. J. P. Dias e S. Miranda. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? *Ciência & Educação*, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, N. A.. PACÍFICO, S. M. R. Criatividade, autoria e argumentação na escola: subjetividade em discurso. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 1, p. e91070, 2020.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 6ª ed. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOSER, B. *Clarice*,. Trad. J. G. Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. Editora da UNESP/Paralelo 1, 2000.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

RODRIGUES, C. S. D.; THERRIEN, J.; FALCÃO, G. M. B.; GRANGEIRO, M. F. Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 162, p. 966-982, 2016.

SCORSOLINI-COMIN, F. Suprimir os fatos e privilegiar as sensações: a emergência da criança-autora em Clarice Lispector. *Revista do SELL*, Uberaba, v. 10, n. 1, p. 135-154, 2021.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. *Via Atlântica*, n. 14, p. 11-22, 2008.